

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal de Cultura apresentam

REVISTA MEMÓRIA **LGBT**

www.memorialgbt.com

Revista Memória LGBT – Ed. 9 – Ano 3 – ago / set 2015

Distribuição gratuita



Yonne Karr

SER NA TRANS FAVELA

Projeto patrocinado pela Secretaria Municipal de Cultura, sendo, contemplado no II Programa de Fomento à Cultura Carioca

Editorial

Em sua nona edição a Revista Memória LGBT dedica-se à memória de Travestis, Trans-mulheres e Trans-homens moradoras de favelas e periferias cariocas. Este periódico, construído coletivamente e protagonizado por travestis e transexuais das comunidades do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, objetiva visibilizar e promover a comunidade T que não está no asfalto. Com esta edição, encerra-se a série de exposições em revista “Ser LGBT na Favela”, realizada em comemoração aos 450 anos de aniversário da cidade do Rio de Janeiro.

Na exposição em revista “Ser T na Favela”, apresentamos memórias captadas em entrevistas pelos mobilizadorxs LGBT formados pelo Projeto Memória LGBT no Museu de Favela. Nesta exposição, apresentaremos memórias esquecidas de travestis e transexuais em iniciativas comunitárias em memória e museologia social, museus e espaços de vocação museológica. Destacam-se memórias e histórias de duas célebres personalidades da comunidade, Yonne Karr e Myrela Karr, ambas nascidas e criadas no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. Sabemos ainda, que esta exposição não sanará a grande violência a esta comunidade, mas sabemos que o museu e a memória podem ser importantes ferramentas para superar a transfobia.

A edição também conta ainda, com quatro entrevistas de LGBT residentes na comunidade. Além da análise biográfica de Clóvis Bornay, que neste ano comemoraria 100 anos, escrito gentilmente pelo Professor Mário Chagas. Ao fim, uma notícia sobre o Encontro Regional da Rede LGBT de Memória e Museologia Social que ocorrerá em Goiânia durante a primavera de museus 2015.

A iniciativa Memória LGBT no Museu de Favela iniciou-se em março e foi desenvolvida até agosto por meio de uma parceria entre o Museu de Favela e a Revista Memória LGBT em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro. A proposta foi contemplada no II Programa de Fomento à Cultura Carioca e patrocinada pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro. Ao longo de seis meses, desenvolvemos diversas atividades, como rodas de memórias, oficinas, formações, exposições, publicações da Revista Memória LGBT, apresentações artísticas e mapeamento e inventário do Patrimônio Cultural LGBT na Favela. Trata-se de ações pró-memória, garantindo o acesso, fruição e democratização da memória, cultural, educação, saúde e cidadania plena, a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, além de ser uma possível ferramenta para superar a homo, lesbo e transfobia na favela e na cidade do Rio de Janeiro.

Agradecemos a todxs aquelxs que nos auxiliaram ao longo de seis meses!

Viva a Memória LGBT!

Viva o Museu de Favela!

Viva o Pavão, Pavãozinho e Cantagalo!

Boa leitura!

Ana Muza Cipriano, Sidney Tartatura e Tony Boita

Expediente

Revista Memória LGBT
Ano 3 – nº 1 – ed. 9
agosto/setembro
ISSN 2318-6275
www.memorialgbt.com
revista@memorialgbt.com
Distribuição Gratuita

Equipe Projeto Memória LGBT no Museu de Favela, Pavão, Pavãozinho e Cantagalo

Mobilizadorxs: Jaqueline Alves, João Victor Teodoro, Jonathan Martins, Luana Araújo e Tainara Santos

Produção Cultural: Sidney Silva (Tartaruga).

Comunicação: Rafaela Feliciano.

Direção de Arte: Aline Inforsato

Assistente Administrativo: Fabiana Simão.

Consultor Financeiro: Flávio Feitosa.

Consultor em História: Jean Baptista.

Coordenação Geral: Ana Muza Cipriano e Tony Boita.

Museu de Favela – Pavão, Pavãozinho e Cantagalo

Antônia Ferreira: **Diretora Presidente, Curadora de Ações Educativas, Coordenadora da Brincadoteca e Responsável pela RedeMuf.**

Sidney Silva: **Diretor e Curador da Agenda Cultural.**

Rita Santos: **Diretora e curadora de memórias e acervos.**

Mário Chagas: **Diretor de articulação e intercâmbio.**

Rafaela Feliciano: **Gestora do Núcleo de Comunicação.**

Fabina Simão: **Auxiliar Administrativa.**
João Soares: **Zelador.**

Revista Memória LGBT

Editor Chefe: Tony Boita.

Redação: Ana Muza Cipriano, Jean Baptista, João Victor Teodoro e Tony Boita.

Direção de Arte: Aline Inforsato.

Corpo Editorial: Andressa Mourão Duarte, Bruna Andrade Irineu, Bruno Silva Kauss, Bernardo Dall'Olmo de Amorim, Danielle Agostinho Cristiano Figueiredo dos Santos, Dário Ferreira Sousa Neto, Edegar Ribeiro Júnior, Franciele Monique Scopetc dos Santos, Gabriela Paes dos Santos, Geanine Vargas Escobar, Guilherme Gomes Ferreira, Hagá Galvão Araujo, Henrique Luiz Caproni Neto, Jainara Gomes de Oliveira, Jean Baptista, José Baptista de Mello Neto, José Cleudo Gomes, Karyna dos Santos Figueiredo Dultra, Lucia de Fátima Socoowski de Anello, Luiz Henrique Braúna Lopes de Souza, Marco Aurelio de Almeida Soares, Michelle Barbosa Agnoletti, Rodrigo Andrés Azócar González, Thiago Gomes Viana.

Impressão e Acabamento: WalPrint

Todos Direitos Reservados a Editora Nós
Distribuição Gratuita

Você poderá pesquisar, comunicar e estudar a Revista Memória LGBT desde que autorizado.

Entre em contato:

contato@memorialgbt.com

Sumário

Exposição ser LGBT na favela

Entrevista com Anderson Souza 4

Entrevista com Luana Araújo 5

Entrevista com Myrela Karr 6

Exposição ser T na favela

Ser Trans na favela 8

Entrevista com Yonne Karr 9

Debates

Clóvis Bornay: singular e múltiplo 16

Trans-mulheres negras 17

Realização



Apoio

REVISTA MEMÓRIA LGBT

REDE LGBT DE
MEMÓRIA E
MUSEOLOGIA SOCIAL

Patrocínio



Entrevista com Anderson Souza

Por Ana Muza

Memória LGBT: Como foi se assumir gay na Favela?

Anderson: Aos 11 anos tentei ter minha primeira relação. Quando completei 16 decidi viver como sou e do jeito que sou. Me assumi para toda a família com 18 anos. Conte primeiro para a minha avó e ela disse “eu te amo do mesmo jeito”. Minha mãe me respeita, mas não aceita. Já os meus amigos e o restante da família aceitam numa boa.

Memória LGBT: Como é ser gay e obeso?

Anderson: Todos que se relacionam comigo adoram. Todo mundo gosta de contrafilé com gordura, ou não existiriam churrascarias. O corpo não quer dizer nada! Minha autoestima está lá em cima, não está mais por que não sou astronauta.

Memória LGBT: Conte uma Memória LGBT?

Anderson: O Papa, que deixou bem claro que todos são filhos de Deus.

Memória LGBT: O que você acha de um projeto que promove a memória LGBT no PPG?

Anderson: Estava precisando na comunidade. Nós homossexuais precisamos de apoio, se não tiver apoio da família e dos amigos não somos nada. E agora temos um terceiro apoio do projeto. Ele levanta a autoestima!

Memória LGBT: Ponto negativo na comunidade?

Anderson: Não tem. Fui em várias comunidades e têm morros que não são assim. Quando outros gays vêm visitar, querem até morar aqui!

Memória LGBT: É comum confundirem seus amigos heterossexuais ou gays com namorados?

Anderson: As pessoas que não me conhecem podem até confundir, mas eu relevo. Acho que tenho mais amigos heterossexuais do que gays. Con-



Anderson, trinta anos, massagista. Nascido e criado na comunidade!

verso com todos aqui no morro e sou muito respeitado, seja gay ou hétero. Afinal quando é amigo, é amigo mesmo. É o mesmo sentimento de irmão.

Memória LGBT: Você gosta de sair aqui na Favela?

Anderson: Gosto. Sou eclético. Aqui eu gosto sim!

Memória LGBT: Deixe uma mensagem.

Anderson: Heterossexuais devem respeitar mais os homossexuais. E os homos devem respeitar mais os héteros. O respeito é para todos!

Entrevista com Luana Araújo



Luana Araújo é moradora do Pavão e é Flamengoista

Memória LGBT: Fale um pouco sobre sua vida.

Luana: Me chamo Luana Araújo e meu apelido é Bope. Me assumi aos 14 anos, quando morava com meus pais, no interior do Piauí. Vim para o Rio de Janeiro em busca de emprego, e tive algumas experiências como vendedora.

Memória LGBT: Porque Bope?

Luana: Este apelido foi criado por um grupo de amigas aqui do Rio de Janeiro. Eu queria participar desse grupo de lésbicas, chamado Relíquia, todas as integrantes deveriam ter um apelido. Por ser marrenta e reservada, me apelidaram de Bope (já existia uma "PM" na época).

Memória LGBT: Existe preconceito a Lésbicas na comunidade? Quais são os espaços frequentados por lésbicas?

Luana: Aqui não tem preconceito. Eu vim para cá depois de conhecer minha atual esposa, Ana Muza. Não existe um lugar específico para o nosso coletivo, dá para frequentar qualquer lugar. O lance é o respeito.

Memória LGBT: Qual Memória você não gostaria de esquecer?

Luana: Eu estava com dificuldades para encontrar emprego e teria que voltar para o Piauí. Minhas amigas do Relíquia alugaram uma casa em Rio Comprido e me levaram para morar com elas, até eu conseguir um emprego.

Memória LGBT: E hoje?

Luana: Hoje estou com uma pessoa que me completa e que amo muito, a Ana Muza Cipriano, e seus filhos, Gabrielly e Lucas. Depois veio a cadela Branca de Neve, que eu também amo. Atualmente estamos em processo de casório.



Entrevista com

Myrela Karr



Myrela Karr, 27 anos, gerente e coordenadora de turno de um restaurante Fast Food e morada do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo.

Memória LGBT: Como foi o processo de se descobrir mulher?

Myrela: Desde criança eu queria ser mulher. Quando você atinge a maioridade você faz escolhas. Então não foi uma transformação, foi uma escolha. Eu decidi: “quero ser mulher!” Então tenho que mudar, passar por procedimentos para conseguir isso. Não foi uma transformação.

Memória LGBT: Como a comunidade reagiu?

Myrela: A princípio houveram críticas. De uma forma geral todos tem preconceito, mas é camuflado. Foi uma situação inusitada e, para falar a verdade, eu não me importei muito, mas isso impactou muita gente da comunidade. Muitos me olhavam e me tratavam diferente. Perdi amigos, mas o que não me acrescenta não me faz falta.

Memória LGBT: Você tem um irmão gêmeo. Como foi para ele? Ele recebeu críticas ou piadas?

Myrela: Ele nunca concordou, mas respeita. Porém a opinião dele não está em jogo. Piadas e brincadeiras ele sempre ouviu, mas sempre relevou. Ele me respeita da mesma forma que respeito ele.

Memória LGBT: Hoje você possui um cargo no mercado de trabalho. Você sente que o mercado está aberto para o público T e LGB?

Myrela: O mercado de trabalho está aberto para quem quer trabalhar! Primeiro: você precisa se aceitar, tomar a iniciativa, não ter preconceito com você e com o seu corpo. Segundo: você pode sim, você é um ser humano como outro qualquer. Você não é um bicho de outro planeta. Você só tem uma identidade de gênero diferente. É claro que existe preconceito, mas muitas empresas, após ter um funcionário LGBT, acabam contratando outros.

Memória LGBT: Hoje você namora? Ele já sofreu preconceito?

Myrela: Dentro da comunidade nunca houve, mas em outros lugares é inevitável. Vivemos em um mundo de preconceitos, por mais que seja camuflado algumas pessoas deixam transparecer. Eu preciso ter o pé no chão, a mente equilibrada, e segurança para deixá-lo seguro. Na Mangueira, onde ele mora, já aconteceram algumas piadas, mas na minha presença me respeitam.

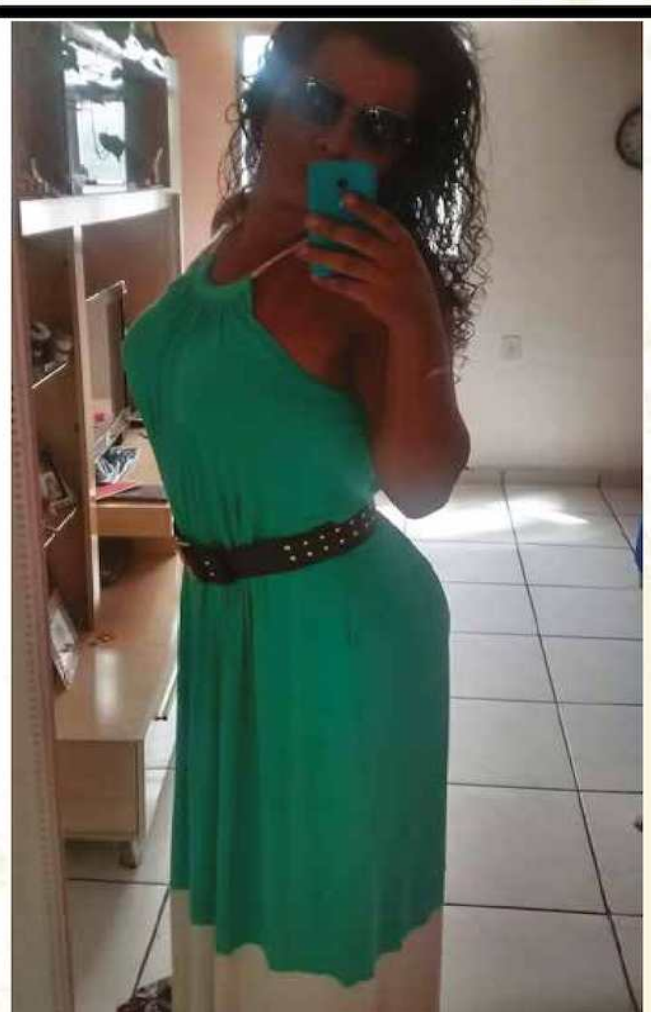
Memória LGBT: Qual a memória que você jamais gostaria de esquecer?

Myrela: Memórias são muitas! Mas o que nunca vou esquecer, foi o que eu conquistei ao longo da caminhada. Se hoje eu estou mulher foi graças ao meu trabalho e ao meu estudo. Sou uma vencedora. Hoje eu tenho 400ml de silicone no corpo. Eu me planejei, fiz um tratamento longo, fiquei com medo, mas eu me vejo no espelho e gosto. Isso me marca muito, foi tudo graças a mim.

Memória LGBT: Qual é a frase que define?

Myrela: “Eu quero. Eu posso. Eu consigo”. E “lute com unhas e dentes”. As pessoas dizem

que matam 1 leão por dia. Nós transexuais matamos 11. Nós não passamos despercebidas em lugar nenhum. Isso incomoda, mas temos que entender que somos pessoas como outra qualquer, com os mesmos direitos. A sociedade é acostumada com seres iguais, o diferente ela não entende e não respeita.



SER TRANS NA FAVELA

Yonne Karr nasceu na Galeria Alaska, em Copacabana, território da comunidade LGBT desde fins da década de 1950 até os anos 1990, período em que concentrou bares, boates, cinema, teatros e shows que alcançaram fama internacional. Ali também nasceu Rogéria, Jane de Castro, Marquesa e Roberta Close, entre outras, em boates como Stop, Sótão e Leopardos. O nome lhe foi dado por sua madrinha, Vivian Karr - o sobrenome remete à cantora Vikky Carr. De lá para cá, Yonne Karr tornou-se uma estrela transex reconhecida por sua beleza e talento.

Sua trajetória está permeada de memórias não contadas. O processo de autodescoberta em tempos perigosos, a conquista pelo respeito na comunidade do Pavão Pavãozinho e Cantagalo (PPG), onde reside desde o nascimento, e a car-

reira nos espaços culturais significativos do Rio de Janeiro, a transformaram em uma detentora de memórias fundamentais para a compreensão da história das trans mulheres negras no Brasil.

A exposição em revista "Ser Trans na Favela" é uma resposta aos museus que negam importantes memórias como a de Yonne, uma ação afirmativa atenta à violência sofrida pela população afro-trans no Brasil e uma continuidade das duas exposições em revista anteriores, "Ser Lésbica na Favela" e "Ser Gay na Favela". Trata-se, de fato, da última edição da Revista Memória LGBT em parceria com o Museu de Favela.

O Rio de Janeiro, graças a personalidades como Yonne Karr e territórios como o PPG, está de fato de parabéns por seus 450 anos.

Faça uma boa visitação!



Yonne Karr

Desfilando na Alegria da Zona Sul.

Memória LGBT: Como você prefere ser chamada?

Yonne: Aqui na comunidade todos me chamam de Yonne. O sobrenome uso somente no mundo gay.

Memória LGBT: Como é o preconceito do PPG com as pessoas trans?

Yonne: Nasci e fui criada aqui. O preconceito na comunidade existe. Só que a pessoa tem que fazer por onde para não sofrer. No meu caso sempre fiz por onde, sempre dei o respeito para ser respeitada. Tive alguns probleminhas básicos, mas nada que se agravasse. As pessoas me respeitam muito,

até mesmo pelo tempo que vivo aqui. Hoje, ao menos para a minha pessoa, o preconceito na comunidade não existe.

Memória LGBT: Como é ser trans de religião afro?

Yonne: Eu não tive empecilhos. Tenho 31 anos de santo, comecei quando tinha 16, minha mãe de santo me apoiou muito. Dentro da minha casa de santo eu sou Dofono de lansã. Sou babalorixá e estudo muito até hoje. Quando entro na minha casa, a Yonne fica na porta, porque perante meu santo eu sou um ser masculino. Sou uma pessoa séria e severa na religião!

Memória LGBT: Por anos você fez shows na noite do Rio, conte para nós onde já esteve.

Yonne: Boates que comecei a trabalhar foram a Le Jardim e a Sótão, na Galeria Alaska, e a Papagaio na Lagoa. Boate Encontrus, Boêmio Cabaret, Boate Casanova nos Arcos da Lapa, foram outras que por anos atuei. Todas não existem mais. As de hoje são a 10140 em Jacarepaguá, Papagei em Madureira, Casa Grande em Bangu e Le Boy. Participo também de alguns eventos da Turma Ok, inclusive vou participar em 12 de setembro do Show concurso que irá ocorrer na Casa das Beiras na Tijuca.

Memória LGBT: Você participou do Miss Gay em Juiz de Fora, um dos mais antigos festivais do Brasil, reconhecido como patrimônio cultural da cidade, entre outros concursos. Conte como foi sua participação e os prêmios que recebeu.

Yonne: Em juiz de fora eu só participei do show, porque lá apenas transformistas podem

concorrer, travestis e transexuais não concorrem. Já recebi o Beleza Negra, Miss Glamour, Rainha do Carnaval da Boate Casa Nova, entre outros.

Memória LGBT: Quais são seus próximos objetivos?

Yonne: Eu gostaria de organizar projetos e shows, pois ainda não aconteceu nada assim na comunidade.

Memória LGBT: Qual (Quais) memória(s), história(s) e objeto(s) você gostaria de expor em um museu?

Yonne: Eu gostaria de expor algumas coisas minhas em museu. Fotos e vídeos de meu trabalho. Poderia também ser alguma roupa marcante, mas como eu sempre reformo minhas roupas, nunca tive algo muito antigo para expor.

Confira os registros
fotográficos da trajetória
de Yonne Karr.



Participando do miss gay em Juiz de Fora, até então o maior concurso do gênero no Brasil.



Concurso Miss Brasil da Boate Clube Ok, realizado na quadra da Império Serrano na Madureira.



Espaço em Vila Isabel.



EXPOSIÇÃO SER T NA FAVELA



Antiga Boate Casanova –
Concurso Miss Brasil.

APRESENTAÇÃO:
THAMY LA CLOSE

STRIPPER TOTAL:
FALCON & BRUNINHO

BOTECO DA MIL:
PEPÊ E NENÉM

HOSTESS:
NUBIA PINHEIRO

SUA MELHOR OPÇÃO GLS
DE 4ª A DOMINGO
www.boate1140.com.br

SHOW:
BLACK SISTERS
YONNE KAAR
PANDORAH
ÉRICA VOGUE

**CERVEJA LIBERADA
A NOITE TODA!!!**

DJS:
MARCÃO REZENDE
ROBSON ARAÚJO
CLAUDINHO
EDU SAADI

COM FLYER R\$ 10,00 ATÉ 24H
SEM FLYER R\$ 15,00 ANTES DAS 22H

Flyer da Boate 1140 em
Jacarepaguá.

Festa na Boate Batom
Vermelho – Nova Iguaçu.



Prêmio Troféu Melhores do
Ano – Show no Teatro Rival.



Boêmio Cabaré – Foto básica antes do Show.

Yonne Karr e Caroline D’Lamark apresentação no Teatro Rival.



Festa de Troféus Melhores do Ano – Antigo Skalla.

Aos 22 anos na praia de Copacabana – “Boas épocas”.

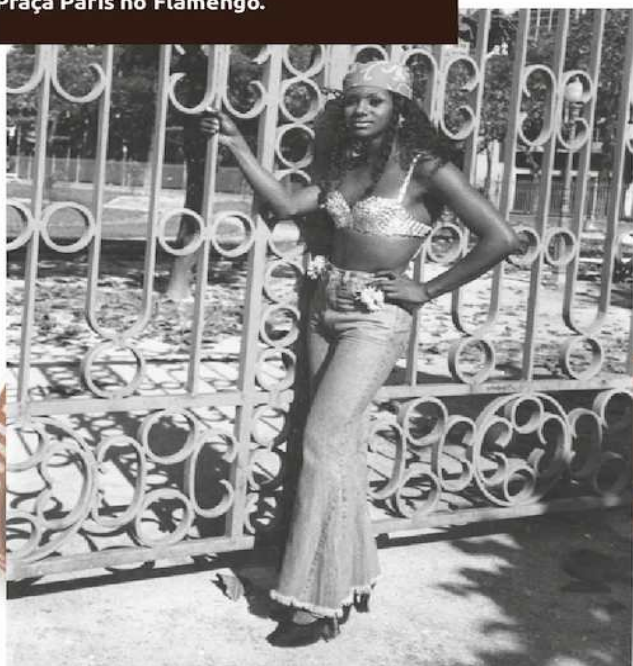


EXPOSIÇÃO SER T NA FAVELA

Fotos de modelo (esquerda foto de capa dessa edição).



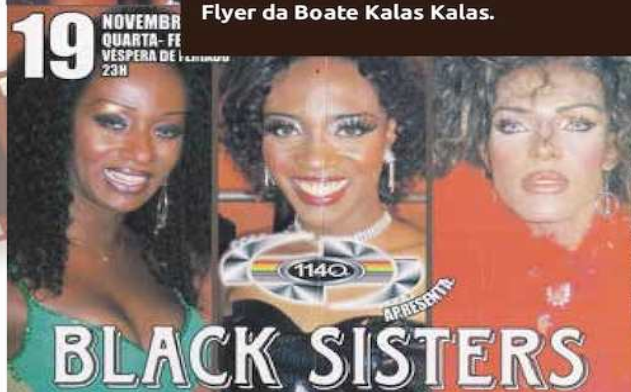
Praça Paris no Flamengo.



Flyer da Boate 1140 em Jacarepaguá.



Flyer da Boate Kalas Kalas.



Miss Rio de Janeiro.



Desfilando na Alegria da Zona Sul.





Clóvis Bornay: Singular e múltiplo

Por Mário Chagas



Figura alegre, generosa, descontraída, culta, sorridente, dançante, meiga e doce, assim Clóvis Bornay foi muitas vezes descrito por seus amigos, alunos, professores e admiradores. Era um homem múltiplo e em sua multiplicidade era singular.

Depois de alcançar a celebridade nos desfiles de fantasia nos Bailes de Gala, Clóvis Bornay assumiu um novo desafio e transformou-se em carnavalesco de Escolas de Samba.

Na multiplicidade de si Clóvis assumiu-se como carnavalesco do Salgueiro (1966), da Unidos de Lucas (1967, 1968 e 1969), da Portela (1969 e 1970), da Mocidade Independente de Padre Miguel (1972 e 1973) e da Unidos da Tijuca (1973).

Foi durante sua atuação à frente do Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela, em 1970, com o enredo "Lendas e Mistérios da Amazônia" (reprisado em 2004), que ganhou o seu único campeonato como carnavalesco de Escolas de Samba.

Além de carnavalesco, museólogo, professor e pesquisador Clóvis Bornay teve atuações em diversas áreas:

Cinema - participou como ator nos filmes Terra em Transe (1967), de Glauber Rocha e Independência ou Morte (1972), de Carlos Coimbra;

Televisão – destacou-se como parte do corpo de júri em programas do Chacrinha, Flavio Cavalcanti e Silvio Santos;

Música – além de compositor, gravou como intérprete marchinhas de carnaval em diversos discos;

Futebol – foi fundador, em 1979, da torcida organizada Fla- Gay;

Militante – aos 88 anos, em 2004, participou da Parada do Orgulho LGBT, em Copacabana.

Que ninguém se iluda: Clóvis Bornay era mesmo singular e múltiplo.

Trans-mulheres Negras

Ignorado pela imprensa e Estado, Relatório da GlobalRights demonstra que transfobia e racismo andam juntos em projeto nacional de extermínio da população negra brasileira

Sucessivos estudos têm comprovado o que para muitos já é óbvio: a maioria dos jovens mortos em situação violenta no Brasil, são negros; as mulheres negras, no Sistema Único de Saúde, morrem mais; taxas de desemprego e de restrições à educação, também atingem mais às/aos negras/os. Faltava, entretanto, sabermos sobre as mulheres trans negras, grupo do qual pesava a ausência de um estudo de fôlego para mais uma vez comprovar o óbvio. Os resultados desta urgente investigação foram reunidos e em 2013, foi lançado pela GlobalRights.org o Relatório Anual da Situação das Mulheres Trans Negras no Brasil. De acordo com o documento, configura-se enquanto o primeiro estudo aprofundado nesta área. Nesse sentido, é sublinhada a luta deste grupo de indivíduos que está profundamente marginalizado de diversos contextos econômicos, culturais e políticos e que muitas vezes permanece vítima da violência, abuso sexual e homicídio. Além disso, a fim de prover informação e recomendações de apoio ao estado da população trans negra, o relatório destaca as experiências individuais destas mulheres. O arquivo está disponível em inglês para download e sua cópia, reprodução e distribuição gratuita são permitidas. Entretanto, sabemos que a barreira da linguagem ainda existe e pode dificultar (e muito) nosso acesso a informações que dizem respeito a nossa comunidade e nossos direitos. Por isso, a equipe da Revista empreendeu esforços na tradução do conteúdo do texto em termos gerais descritos nesta coluna. Boa leitura!

O Relatório examina as violações contra os direitos humanos da população trans negra do Brasil, sob a luz de tratados e convenções internacionais que o Brasil assinou ou ratificou. Esses acordos incluem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Convênio internacional de Direitos Cívicos e Políticos, o Convênio pela Eliminação de todas as

Formas de Discriminação Racial, a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres e a Convenção Americana pelos Direitos Humanos. É importante sabermos que cada uma das instituições envolvidas na criação destes documentos tem desenvolvido ações individuais para implementar medidas de proteção às populações LGBTI, mulheres e negros/as incluindo recomendações específicas dirigidas ao Brasil.

Entretanto, apesar da contínua demanda pública de diversos membros da sociedade brasileira e comunidade internacional, o Relatório denuncia que o governo brasileiro tem tomado medidas mínimas para o avanço ou proteção dos direitos da comunidade LGBTI. De fato fica exposta a constatação de que o Estado não tem empreendido ações suficientes para atender às necessidades da população trans, nem tem se comprometido a desenvolver medidas específicas para responder às demandas de negras/os LGBTI. Até o momento nenhuma medida foi proposta para superar a discriminação e violência contra a população negra trans.

A fim de expor/problematizar as violações mais frequentes enfrentadas pelas mulheres trans negras no Brasil, no relatório constam as seguintes discussões:

a) Transfobia e Discriminação Racial: estudos tem se pronunciado sobre a frequência com que os crimes de ódio são cometidos contra mulheres trans negras. Embora elas representem aproximadamente 10% do total da população LGBTI no Brasil (FRANKEL, 2012), elas compõem desproporcionalmente 50,5% dos 300 assassinatos de pessoas LGBTI registrados no relatório feito em 2012 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (p. 55, 2012). O relatório recolheu dados registrados pela mídia e reclamações dirigidas às linhas de comunicação administradas pela

SDHPR, a Secretaria Federal de Mulheres e o Ministério da Saúde, considerando violações de direitos humanos cometidos contra pessoas LGBTI. A maior dificuldade em coletar dados é a de que atualmente os registros de violência e homicídios contra pessoas trans dissociam a questão racial da identidade e expressão de gênero. Este cenário faz com que exista um escopo limitado de fontes que provenham dados precisos sobre a violência contra a população LGBTI.

b) Violência Policial e Impunidade: conforme nos informa o relatório, no Norte e Nordeste, onde níveis de violência racial são mais elevados (CEBELA, FLACSO, SEPIR/PR, p. 14, 2012), as mulheres trans negras reportam altos níveis de violência policial. Ativistas trans proveram dados de apoio nos quais denunciam que policiais visam excessivamente mulheres trans por posse de drogas, roubo e outras infrações menores. Além de coerção policial frequente para justificar acusações criminais e detenções arbitrárias, são frequentes as tentativas de assassinatos por parte de policiais. Esses casos ocorrem com frequência em resposta à denúncia por parte de uma pessoa trans de um assassinato cometido por policiais, e/ou quando um policial se nega a pagar pelos serviços sexuais prestados a eles por mulheres trans que se prostituem (REDLACTRANS, p. 14, 2012). Finalmente, ativistas denunciam que mulheres trans negras sofrem mais abordagens policiais do que outras mulheres trans, o que muitas vezes as obriga a evitar se reunirem em público e também as dificulta a prática de serviços sexuais (um dos poucos meios existentes de obter alguma, ainda que precária, estabilidade financeira).

c) Acesso limitado à educação: conforme pesquisa da Dra. Berenice Bento, estima-se que 90% das mulheres trans são analfabetas funcionais devido à exclusão social nas escolas (CONEXÃO FUTURA, 2012). De forma similar, um estudo da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em 2012, revelou que uma porcentagem de 26,7% de pretos/as e pardos/as são analfabetos/as, enquanto que 51,1% são analfabetos/as funcionais (FUNDAÇÃO CAROLINA, p. 34, 2012). Até então, nenhuma instituição tem desenvolvido estudos específicos sobre os níveis de escolaridade de mulheres trans negras. Apesar de ser muito difundida a discriminação e a violência contra mulheres trans negras nas escolas, o governo brasileiro não empreendeu ne-

nhum esforço para enfrentar a discriminação contra pessoas LGBTI que frequentam as instituições de ensino. Notadamente, um estudo conduzido pelo IBGE apurou que apenas 8,7% dos municípios possuem iniciativas educacionais direcionadas aos estudantes LGBTI. Além disso, o estudo descobriu que apenas 1,8% dos municípios possui programas educacionais direcionado à redução da violência contra estudantes LGBTI.

d) Acesso limitado ao Mercado de Trabalho: o Relatório Global da UNAIDS de 2012 estima que 44% das pessoas trans no mundo todo trabalham como profissionais do sexo devido ao “acesso inadequado à informação, serviços e oportunidades econômicas” (UNAIDS, p. 76, 2012). Um relatório de 2012 sobre os direitos humanos de pessoas trans na América Latina afirmou que as trans que são profissionais do sexo estão sujeitas aos mais frequentes e severos abusos contra os direitos humanos contra pessoas trans incluindo violência, instabilidade econômica, abuso sexual, DSTs, uso de drogas e álcool e acesso limitado a serviços de saúde mental (REDLACTRANS, p 25, 2012).

Uma vez que existem oportunidades limitadas de emprego para mulheres trans no Brasil, alguns municípios, incluindo Rio de Janeiro (Secretaria Municipal de Direitos Humanos, 2012) e Salvador (COUTINHO, 2013) têm desenvolvido programas de aperfeiçoamento profissional para mulheres trans. Todavia, os programas têm alcance local e geralmente apenas provem níveis básicos ou habilidades administrativas e oportunidades. Um estudo realizado pelo IBGE, em 2012, indicou que apenas 1% dos municípios do Brasil atualmente permite às pessoas trans o direito legal de mudar seu nome nos documentos de identidade antes de se submeterem a cirurgia de readaptação de gênero ou exames psiquiátricos (WERNECK&PITA, 2012). Isso é um entrave para pessoas trans que se candidatam a empregos nos quais, em geral, é requerida a apresentação de documentos de identidade que apresentam nomes que são contrários à sua identidade e expressão de gênero. Esse processo além de institucionalizar o estigma contra pessoas trans também resultam, muitas vezes, em demissões não justificadas e em recusas à contratação de candidatas/os trans qualificadas/os.

d) Acesso Inadequado à Saúde: mulheres trans negras sofrem com crescentes riscos à saúde, aces-

so desigual a serviços de saúde física e mental, e discriminação baseada em raça e gênero no Serviço Único de Saúde. Como mencionado anteriormente, o trabalho como profissional do sexo é causa que compromete a saúde mental e sexual de muitas mulheres trans negras. O Relatório Global da UNAIDS estima que 68% das pessoas trans no mundo todo estão infectadas com HIV, atribuindo tal valor à violência baseada em gênero, alto desemprego e discriminação (UNAIDS, p. 76, 2012). Uma denúncia adicional feita pelo grupo Criola, uma organização brasileira em prol dos direitos das mulheres, aponta o racismo institucional e a insensibilidade cultural existente no sistema público de saúde como a principal causa para a desigualdade de tratamento para com mulheres negras (CRIOLA, p. 5, 2010).

A despeito de políticas do Ministério da Saúde que visam o respeito à auto-designação por parte de pessoas trans, há reclamações sobre frequentes expressões e atitudes transfóbicas por parte dos/as profissionais de saúde, o que faz com que as mulheres trans negras adiem ou evitem procurar serviços médicos adequados. Devido a esta situação, pessoas trans que desejem iniciar tratamentos hormonais, cirurgias reconstrutivas ou outros procedimentos de transição de gênero, muitas vezes o fazem sem supervisão médica.

e) Ausência de legislações protetivas: A Constituição proíbe a discriminação racial e protege os direitos culturais e religiosos das minorias, o que prevê às mulheres trans negras proteções importantes. Entretanto, a despeito destes avanços, o Brasil não possui nenhuma legislação federal que proteja os direitos das pessoas LGBTI. Especificamente nenhuma lei que reconheça e proteja a identidade e expressão de gênero. Este vácuo legal permite vasto abuso, impunidade, violência, discriminação e extensos obstáculos legais e médicos para as mulheres trans negras e comunidade LGBTI em geral. O Relatório chama a atenção para o Projeto de Lei 5002/2013. O PL procura estabelecer uma lei mais abrangente a respeito da identidade de gênero e foi encaminhada para a Câmara dos Deputados em fevereiro de 2013 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013). A medida garantiria reconhecimento e proteção à identidade e à expressão de gênero, permitindo aos indivíduos mudar legalmente seus nomes em todos os registros e documentos de identidade sem a exigência de avaliações médicas e psiquiátricas e ga-

rantiria acesso livre a intervenções cirúrgicas pelo SUS sem a exigência de aprovação judicial ou avaliações psiquiátricas (WYLLYS&KOKAY, pp. 1-4, 2013) Este PL ainda aguarda aprovação pela Comissão da Câmara e não tem data prevista para votação.

O Relatório sobre a Situação de Mulheres Trans no Brasil demonstra que a discriminação e violência contra este grupo se aloca nas interseções profundamente enraizadas entre racismo e transfobia. Elas se manifestam em formas particularmente brutais, representadas pelos fluxos quase constantes de violência, humilhação e exclusão aos quais mulheres trans negras são constantemente submetidas. Os atos de violência cometidos contra esta população são particularmente cruéis, muitas vezes envolvendo o abuso psicológico e a violência sexual que são, frequentemente, manifestados em espaços públicos.

A pesquisa foi desenvolvida em um período de oito meses, de julho de 2012 a março de 2013, e foi realizada mediante fontes qualitativas, tais como: relatórios, artigos, e documentos sobre a situação de LGBTI e pessoas negras no Brasil além de quatro entrevistas desenvolvidas pessoalmente com lideranças trans negras de diversas regiões do Brasil, incluindo Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e Belém/PA. Também cinco entrevistas adicionais conduzidas com funcionários do governo federal, pesquisadores e pessoas negras ativistas LGBTI não auto-identificadas como trans. Outras observações foram coletadas na 11ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ocorrida em Brasília, em setembro de 2012, e no I Seminário de Negras e Negros LGBT, ocorrida em Salvador/BA em outubro de 2012. Informações também foram obtidas em reuniões de grupos de apoio e eventos culturais pertinentes à população negra e trans.

Segundo os/as organizadores/as do relatório, seu intuito é que os resultados apresentados possam servir para qualificar os esforços de todos os indivíduos que trabalham para empreender os direitos de pessoas negras e LGBTI no Brasil, além de incentivar um compromisso mais profundo em promover e defender os direitos das mulheres trans negras. Especificamente, esperamos o aumento da colaboração entre negros/as, mulheres e grupos LGBTI, bem como uma resposta mais engajada por parte do governo na promoção dos direitos das mulheres trans negras.

**Envie sua história,
conte suas memórias,
denuncie a discriminação.**

Envie também depoimentos,
contos, relatos, fotos e o que
mais quiser

O tema da próxima edição será:
Melhor Idade LGBT

Envie sua contribuição até o dia
10 de outubro

revista@memorialgibt.com

REVISTA MEMÓRIA LGBT